

POST OFFICE

Apologia do Império Português

Chegámos ao fim da jornada. Começado em 1926, êste inquérito prolongou-se mais do que seria para desejar. Oito anos! Só em 1934 êle aparece reunido em volume, transplantado na sua quási totalidade das colunas do *Jornal do Comércio e das Colónias*. Mas a culpa não foi só do seu autor. Vários outros factores, além dos desfalecimentos de vontade e das ocupações de quem estas linhas escreve, tiveram intervenção nesta demora. Deus, porém, escreve direito por linhas tortas. E daí resulta, afinal, que êste trabalho aparece ao público no momento em que o Império Português começa a ter uma configuração jurídica, depois de ter sido por longos anos apenas uma expressão literária, baseada num factor exclusivamente geográfico. Para isso contribuíu decisivamente o movimento militar de 28 de Maio de 1926, posterior ao início dêste trabalho, modificando a estrutura política da Nação, afastando os partidos do Govêrno, entregando o Poder a homens que sabem o que querem e querem o que sabem. A curta passagem do Sr. Dr. Oliveira Salazar pela pasta das Colónias deu-nos o *Acto Colonial*, parte integrante da Constituição Política da Nação. A entrada do Sr. Dr. Armindo Monteiro para a pasta das Colónias foi o comêço da realização prática dos princípios expressos no *Acto Colonial*. Lentamente, vai-se abandonando a expressão *Portugal e Colónias* e utilizando estoutra, mais conforme com a realidade: *Império Português*. Há quem escreva e diga: *Império Colonial Português*. Mas esta expressão deve ser substituída pela de *Império Português*, sem mais nada, porque *Império Português* compreende em si tudo quanto existe espalhado pelo mundo sob a bandeira portuguesa, homens e terras: Portugal continental, insular, ultramarino, espiritual, entendendo por Portugal espiritual as colónias de gente portuguesa em territórios estrangeiros.

Não depuseram neste inquérito todas as pessoas que deveriam ter sido ouvidas, porque muitas delas se escusaram, sob pretextos vários, e porque muitas outras, se o autor destas linhas persistisse em querer obter os seus depoimentos, só para as calendas gregas lhe responderiam. Mas as pessoas que foram ouvidas marcam duplamente: pela sua categoria e pelas opiniões políticas que representam. São pessoas de categoria e responsabilidade intelectual, umas que dominam hoje nos campos onde exercem a sua actividade, outras que dominarão amanhã, seguindo o ritmo das gerações. Foi ouvido um escol da inteligência portuguesa: oxalá que as suas palavras alguma coisa consigam nos domínios da realidade. Os comentários às suas declarações estão feitos ao longo destas páginas; não é necessário repeti-los nem lembrá-los aqui. O leitor viu, comparou, apreendeu a «linha geral» dêsse escol em relação ao problema que lhe foi pôsto. Resta-me agora tirar a conclusão geral dêste trabalho — e essa conclusão não pode deixar de ser uma *Apologia do Império Português*.

§ 1.º — Imperialistas? Porque não?

Habitados à política de campanário ou de café, os portugueses limitam as suas ambições, neste capítulo, ao triunfo eleitoral dos seus respectivos partidos, como êsses partidos, por outro lado, limitam as suas ambições a permanecer o máximo de tempo possível no exercício do poder, em detrimento dos partidos adversos. Limitamo-nos a ser o que somos, talqualmente somos no momento histórico em que vivemos. Vivemos na contemplação saudosista do passado, com o seu cortejo de glórias, quedamo-nos inertes perante o presente, com o seu cortejo de misérias, fechamos os olhos, como simples morcegos à luz de uma vela de estearina, perante as perspectivas largas e brilhantes que o futuro nos poderá oferecer — se o soubermos conquistar. Mas como poderá encarar o futuro com os olhos bem abertos, o futuro que exige acção, energia, tenacidade, dinamismo, um povo que chora e soluça ouvindo o fado nos vielas e arvora a Severa em heroína nacional?

Pois bem. Em face da inércia em que vivemos, da incapacidade criadora em que vegetamos, da estagnação moral e intelectual em que nos afundamos, é preciso criar uma reacção nacional forte, criar uma consciência nacional mais forte ainda, convencer os portugueses de que os povos vivem pelo seu futuro e não pelo seu passado, e de que Portugal, que hoje é grande, reunidos todos os restos das suas glórias antigas, pode ser maior ainda, servindo-se dêsses restos como ponto de partida para a reconstituição do Império Português. Sejamos, pois, em vez de patrio-

teiros, patriotas; em vez de patriotas, nacionalistas; em vez de nacionalistas, imperialistas.

Imperialistas? perguntarão os políticos de café, com ar de mofa. Imperialistas? perguntarão os literatos dos chás mundanos, com um ar escarzinho. Imperialistas? perguntarão os intelectuais das «tertúlias», com um ar galhofeiro. Imperialistas? perguntarão, até, alguns intelectuais da Academia, entre duas pitadas de rapé. E eu respondo: Imperialistas, sim, meus senhores. O Império Português, apesar dos erros dos homens, apesar de tudo quanto temos feito para o esfrangalhar, existe ainda. Coberto de cinza, é certo. Mas sob a cinza algumas brasas dormem. Que é preciso fazer? Soprar a cinza e deitar algumas achas no braseiro. É difícil? Talvez. Mas é possível. Basta que os portugueses assim o queiram; alguns portugueses, como em todos os grandes passos da história, que é sempre feita por meia dúzia para glória ou miséria de alguns milhões. O Império Português existe nos vastíssimos territórios que ainda possuímos; existe na linguagem que falamos, espalhada pelas cinco partes do mundo; existe nas vagas do Atlântico sôbre o qual nos debruçamos e que será um dia o *mare nostrum*. Não é um mito, que o nosso empório ultramarino faz de nós a terceira potência colonial. Não é um mito, que a língua portuguesa está espalhada por todo o mundo e é falada por algumas dezenas de milhões de indivíduos. Não é tampouco um mito, que a posição geográfica que Portugal ocupa nos trará, mais cedo ou mais tarde, sós ou acompanhados, a hegemonia do Atlântico. Que nos falta então? *Querer e saber querer*.

Num artigo publicado no suplemento colonial do *Temps*, Maurice Réclus, sob o título «Réalisme impérial», escrevia estas palavras, que, sendo verdadeiras para os franceses, com mais forte razão o são para nós, portugueses:

«... O imperialismo francês não é uma mística, mas uma doutrina positiva, fundada nos factos e orientada no sentido das realidades, de tendências práticas e *possibilistas*». Também o nosso, isto é, o imperialismo português. E mais adiante: «O imperialismo francês consiste em resumo, para os franceses, em pensar, em sentir, em agir imperialmente durante duas ou três gerações; em não fazer nada de importante sem que intervenha a noção imperial; em esforçar-se por fazer entrar todas as circunstâncias, todos os projectos, todas as emprêsas de interêsse público no quadro imenso da entidade superior constituída pelo império». Verdade para os franceses, verdade igualmente para os portugueses. Apenas uma diferença: os franceses têm uma consciência colectiva, uma consciência nacional mais activa e mais sensível do que a nossa. Os franceses estão compenetrados de que têm um papel glorioso a desempenhar no

mundo: por isso se lhes chama «chauvinistes». Nós, pelo contrário, estamos convencidos de que a nossa hora passou, de que o livro da nossa história se fechou em Alcácer-Quibir — e somos derrotistas. Esta pequena diferença é, simplesmente, enorme. Ela nos obriga, pois, a empregar um esforço de cem num trabalho que em França se pode fazer com o esforço de um.

Falando na educação da mocidade no sentido imperialista, Réclus escreve no mesmo artigo: «A propaganda (que não é mais do que um dos aspectos da educação) tem por vezes, a meu ver, uma tendência desastrosa para se mostrar demasiado didáctica. Eu desejaria que a educação da mocidade, como a do grande público de homens já feitos, procedesse por toques mais ligeiros, procurasse mostrar mais do que demonstrar, e fizesse sentir mais do que admitir. Criar um estado de espírito não é pôr um teorema ou resolver uma equação; é apresentar as cousas de tal forma que certas maneiras de sentir e de pensar se lhe sigam necessariamente. A mentalidade imperial — a consciência imperial, como disse Tardieu — existirá em França quando para os franceses se abrirem as janelas dando sobre certas realidades e certas perspectivas». E aqui ainda, parece-me que, *mutatis mutandis*, as ideas e sugestões de Maurice Réclus para os franceses servem igualmente para os portugueses, visto que idêntica é a tarefa — em Portugal e em França — idêntico é o objectivo a realizar, em França e em Portugal. E, para fechar esta transcrição, o fim do artigo do *Temps*: «Alguns espíritos livres intitulam-se cidadãos do mundo; mas esse direito de cidade corresponde apenas a uma tendência vaga. Ser cidadão de um império é qualquer cousa de mais substancial. É isto que é preciso fazer compreender aos franceses, sobretudo aos rapazes. Eles devem saber que, pelos simples facto de a sua nação ter uma situação de potência mundial, a vida abrir-lhes-á perspectivas e oferecer-lhes-á facilidades que de outra forma não poderiam conquistar».

Realismo imperial: assim intitulou Maurice Réclus este seu artigo, como um artigo precedente. Ora, se um francês pode falar de *realismo* a propósito de império, ¿como não poderemos nós fazê-lo igualmente, quando o nosso império data de mais longe do que o império francês?

Imperialistas? Porque não? Mas é preciso que imperialistas sejam todos os portugueses, e não somente duas ou três pessoas que escrevem nos jornais. É necessário que a mentalidade portuguesa, reformada e renovada pelas lições do presente, se oriente claramente nesse sentido, tome inteiro conhecimento das suas responsabilidades e não hesite em afirmar-se imperialista — sem receio das palavras, sem medo do ridículo. Imperialistas têm de ser todos os povos com responsabilidades históricas que não queiram morrer. Imperialista é a Espanha, nossa vizinha. Impe-

rialista é a Inglaterra. Imperialista é a França. Imperialista é a Itália. Imperialista é a Alemanha. Imperialista é o Japão. Imperialistas são os Estados Unidos. Imperialista — mais imperialista, mesmo, do que qualquer outra nação — é a Rússia bolchevista. Imperialistas temos nós de ser, se não quisermos ver os nossos domínios ultramarinos passarem a mãos mais hábeis do que as nossas. Portugal, ou crê no seu destino imperial, ou morre.

§ 2.º — «Portugal País pequeno»
ou «Portugal vasto Império?»

Habitúamo-nos a pensar que Portugal é um país pequeno, *quantité négligeable* em política internacional, sem outra finalidade que não seja vender aos estrangeiros que nos visitam a claridade do nosso céu, o esplendor do nosso sol, a verdura e a beleza das nossas paisagens. Um escritor francês que pessoalmente considero e que bastantes amigos conta em Portugal por ser um dos poucos que em França nos conhecem — falo de Philéas Lebesgue — escreveu na conclusão do seu livro *La République Portugaise*: «Que le Portugal commence par équilibrer ses budgets et puisse-t-il, dans la suite, avoir les destins à la fois laborieux et pacifiques de l'admirable Suisse!». *Grand merci*, direi eu. Mas, se é lícito a um escritor estrangeiro, aliás na melhor das intenções, exprimir tais desejos, já não é lícito que nós, portugueses, o acompanhemos nesses desejos, e nos contentemos com a glória ridícula de ser como a Suíça, depois de termos descoberto, povoado, colonizado, incorporado no património nacional a maior parte do mundo.

Grande parte do nosso património ultramarino — a maior — perdeu-se, é certo; mas o que dêle nos resta, sendo ainda o suficiente para fazer de nós a terceira potência colonial, deveria ser também suficiente para nos dar a consciência de que possuimos um grande império e a fôrça de, ao espírito mesquinho dos que se consideram como filhos de um país pequeno, opormos o espírito heróico dos que sabem que um país como o nosso, com a sua longa tradição, com a sua posição geográfica excepcional, com as suas largas possibilidades políticas e económicas, é pela fôrça das circunstâncias uma grande nação, da qual o seu património ultramarino faz um vasto império.

A concepção de um «Portugal, país pequeno» temos, pois, que opor a concepção de um «Portugal, vasto império». A uma concepção derrotista temos que opor uma concepção vitoriosa da vida nacional. Sonho? Deva-

neio? Ilusão? Nada disso. E concedo novamente a palavra a Maurice Réclus, nas mesmas colunas do suplemento colonial do *Temps*:

«Dizem-me, pouco mais ou menos, isto: «É muito bonito o imperialismo francês. Excita a imaginação. Mas, precisamente, dirige-se demasiado à imaginação. Está um pouco nas nuvens. O império, nas condições grandiosas em que você o concebe, deriva de uma opinião e assenta sobre um acto de fé. Não é uma doutrina. É uma mística». Uma mística? Não. O imperialismo francês é uma ideologia, isto é, em resumo, um sistema, o mais positivo e o mais realista dos sistemas. Notemos que todas as grandes doutrinas políticas são ideologias; para apreciar a sua solidez, é ver se elas se referem ou não à realidade.

«Pode haver ideologias baseadas em actos de fé: são as místicas. Mas uma ideologia fundada na realidade e orientada no sentido da realidade, é simplesmente uma política. Se esta política tem o mérito de ser lógica, de proceder por deduções exactas e induções prudentes, se põe em movimento as ideas claras e distintas preferidas de Descartes, suportará vitoriosamente a prova dos factos. E, precisamente, a doutrina imperial tem o mérito de querer adaptar a fins acessíveis meios que estão ao nosso alcance. Esta doutrina é simultâneamente construída sobre a lógica e decalcada sobre a realidade.

O seu ponto de partida é um facto. É um facto que, territorialmente, o império existe. Existe nos mapas, e não somente nos mapas franceses como nos mapas que se imprimem em todo o mundo, e todos êles no-lo atribuem. Eis um fundamento sólido. ¿Que há de mais resistente e mais firme do que um facto? Suponhamos que êste facto não existe, que não temos colónias, ou que temos muito poucas, em resumo, que o império esteja ainda por conquistar. Neste caso então é que o imperialismo francês seria uma verdadeira mística, sem qualquer fundamento ou sem fundamento notável na realidade, uma aspiração vaga, uma efusão imaginativa, uma criação do espírito. É bastante certo que no estado actual das competições internacionais, dos nacionalismos indígenas e da política interna dos grandes estados civilizados, a *aquisição* de uma ou duas metades de continente seria uma emprêsa tanto mais irrealizável quanto todos os lugares estão tomados. É êste, no entanto, o fim que parece ter-se proposto um país vizinho e amigo do outro lado dos Alpes; ¿será contestado o carácter místico do seu imperialismo, que faz sobressair o carácter realista do nosso?

Não há nada mais *objectivo* do que organizar aquilo que se possui. Ninguém pode assemelhar a uma mística a nossa preocupação de aparelhagem nacional, correspondente ao nosso desejo de organização da *me-*

trópole. ¿Mas a França não está tanto no Hanoi e em Dakar como em Marselha e em Bordéus? Para mais, a organização imperial impõe-se a nós como uma necessidade e uma obrigação. Uma necessidade porque o império, se permanecesse inorgânico, tenderia a dissolver-se; o nosso primeiro dever é conservá-lo, e o meio para isso mais seguro é conduzi-lo ao estado perfeito. Uma obrigação porque, perante as outras nações, somos moralmente obrigados a equipar e a civilizar a fundo o que nos coube e que não poderíamos abandonar sem nos sujeitarmos a justas críticas e sem excitarmos cubiças. ¿Poderá tratar-se de mística o estado de espírito que consiste em querer realizar o que é ao mesmo tempo necessário e obrigatório? ¿Será um sonho, prever o futuro para o preparar? A previsão é, entre todas as atitudes humanas, a mais sensata. Os povos morrem por viverem apenas o dia-a-dia. Pois bem, dir-me-ão talvez: ¿porque decora êste estado de espírito com o nome sumptuoso de imperialismo? ¿Não será, simplesmente, um estado de espírito colonial? ¿Não é êste o estado de espírito da República depois do triunfo das ideas de Ferry e não bastará ficar-lhe fiel? A esta pergunta insidiosa responderei francamente e claramente: não. Não, o estado de espírito colonial já não nos basta. O império francês, tal como eu o concebo, não é a soma de todas as nossas colónias, supostas convenientemente equipadas: é qualquer cousa mais; é o conjunto constituído pelas colónias e pela *metrópole*, sendo cada uma das partes dêste conjunto organizada em função do todo, da entidade superior que os reúne e abraça. Ê assim, por exemplo, que o trans-saariano, destinado a realizar *praticamente* e a fazer aparecer *moralmente* o bloco de terras francesas de África, não seria um caminho de ferro colonial, mas sim um caminho de ferro imperial. Outro tipo de operação imperial: o grande Paris. Ê certo que o Paris d’Hausmann já não é suficiente para servir de capital a um país que, *totalizado*, abraça cem milhões de habitantes. ¿Poderá dizer-se que a ideologia do grande Paris seria o que é, se não houvesse em França mais do que um estado de espírito colonial? Essa ideologia é fundada na noção de império e, em meu entender, qualquer política de realização deve hoje proceder dessa noção de império.

Todas as operações imperiais, longe de terem uma base mística, são, pois, positivas. São, além disso, *fáceis*, porque: 1.º, partem do *conhecido*: os seus elementos são, pois, certos (exemplo: dada a configuração e a população da região parisiense, arranjar a capital sôbre a escala de um país de 100 milhões de habitantes de todos os climas e de todas as raças); 2.º, o seu objecto é *preciso*. . . Êm resumo, o difícil não é fazer o império; difícil seria não o fazer. ¿Ê, em verdade, onde é que se encontra em tudo isto a mística?». . .

A transcrição é talvez um pouco longa, mas justifica-se. Se o império francês existe, o império português não existe menos. Está na história e está nos mapas. Está em Angola e em Moçambique. Está na Guiné. Está em Macau. Está na Índia. Está em Timor. Está em toda a parte onde flutua a bandeira portuguesa, disperso pelas sete partidas do mundo. Os estrangeiros sabem que êsse império existe, conhecem qual é a sua riqueza — e cobiçam-no. Só nós o ignoramos. Para nós, basta-nos a lembrança de que Vasco da Gama descobriu o caminho marítimo para a Índia e de que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil. Quando muito, sabemos ainda que é para a África que se mandam os degredados de direito comum e os deportados por delitos políticos. Não basta!

Temos, pois, de ser imperialistas — ou não seremos nada. Ou salvamos o Império Português, ou perderemos com êle a própria nacionalidade. Perante esta alternativa, a escolha não deve fazer hesitar ninguém. E o nosso imperialismo deverá ser um imperialismo de *conservação* no seu aspecto territorial, porque não temos nem podemos ter a ambição de conquistar mais terras, bastando-nos as que possuímos, e ao mesmo tempo imperialismo de *expansão*, no seu sentido cultural, espiritual, porque temos por dever levar a nossa cultura, o nosso espírito, a nossa linguagem a toda a parte — em território nacional ou em território estrangeiro — onde exista uma colónia de portugueses.

§ 3.º — O dever imperial português

A poucos dias de distância apareceram no *Diário de Notícias*, em editorial, dois artigos que merecem alguns minutos de reflexão: um, dando conta do que foram, há anos, as negociações anglo-alemãs para a partilha eventual dos domínios ultramarinos portugueses; outro, reproduzindo as declarações feitas a um português por um diplomata estrangeiro, e nas quais êsse diplomata reflectia o pensar da moderna diplomacia económica, que vê em cada nação apenas uma balança comercial e não vê no homem mais do que um animal produtor e, necessariamente, como todos os outros animais, consumidor.

Pelo primeiro dos artigos aludidos verifica-se que em determinadas circunstâncias, e sob sua pressão, as grandes nações não hesitam em sacrificar as pequenas — ou aquelas que, sendo grandes, como é o nosso caso, passam por pequenas aos olhos do mundo — aos interesses da comunidade europeia e da paz europeia; pelo segundo, que a diplomacia moderna, seguindo a esteira do materialismo histórico de Carlos Marx, dá a predominância aos interesses económicos sobre os interesses morais e

intelectuais. É a luta pela vida transplantada do campo dos indivíduos para o campo das nações, é a «selecção natural» de Darwin transplantada dos animais para as comunidades nacionais. Um país pequeno tem colónias — mas não tem dinheiro para as desenvolver nem homens para as colonizar. Um grande país qualquer da Europa, ou da América, tem homens, tem dinheiro — mas não tem colónias. Que fazer? O remédio é simples. Tiram-se as colónias ao país pequeno e entregam-se ao país grande. O equilíbrio económico do mundo ficará assim assegurado. Sem esta partilha, sem esta expoliação dos fracos pelos fortes, de nada servirá o Pacto de Kellogg, nem as conferências do desarmamento, nem qualquer outra conferência de Genebra para garantir a paz perpétua . . .

Assim pensam os fortes. ¿E os fracos, o que pensarão? Os fortes têm a sua filosofia feita e proclamada. ¿Qual será a filosofia dos fracos? ¿A da renúncia ou a da revolta? A primeira seria criminosa; a segunda, perigosa. ¿Qual, então, o caminho a seguir?

O caminho só pode ser um; mas, para se atingir mais depressa o fim em vista, êsse caminho único terá de ser dividido em duas fases, a saber:

A) Fase rectificativa. — Neste primeiro momento da viagem, teremos de fazer um exame de consciência largo, amplo, profundo, para rectificarmos os nossos erros passados e abrirmos melhores perspectivas ao futuro. Teremos de rectificar a expressão «Portugal, país pequeno», que só serve para traduzir a pequenez do nosso espírito individual e das nossas ambições colectivas. Teremos de medir o esforço feito no passado para o compararmos com o esforço a fazer no futuro. Teremos de avaliar com sinceridade e rigor as nossas possibilidades económicas e financeiras, considerando, não apenas o Portugal metropolitano, mas também o Portugal ultramarino, isto é, o Império Português no seu conjunto. E quando êsse exame de consciência estiver feito, quando estiver concluída a rigorosa avaliação do nosso património, teremos de criar uma filosofia correspondente à nossa grandeza e de a difundir por todos os cantos do globo, pela multiplicidade de meios ao nosso alcance.

Esta fase intelectual da jornada terá de ser realizada pelos intelectuais portugueses de todas as côres e de todos os matizes. Já na «Introdução» escrevi que foram os intelectuais alemães quem preparou a fundação do império alemão, como foram os intelectuais italianos da *Idea Nazionale* quem preparou o advento do fascismo. Aos intelectuais portugueses compete, pois, o encargo de preparar o caminho para a restauração do Império Português. Podem objectar-me que os intelectuais portugueses têm mais em que pensar. Talvez seja exacto. Os portugueses que fazem da sua pena uma profissão ou dela se servem por simples «diletantismo»

ainda se não compenetraram de que têm um dever cívico e nacional a cumprir. Que escrevam poemas, que construam romances, que façam novelas, que se dediquem ao que mais corresponder às tendências do seu espírito; mas que não esqueçam, no intervalo dos seus poemas, dos seus romances e das suas novelas, que devem servir a sua Pátria com os recursos com que Deus os dotou, ensinando à Nação que ela não é tão pequena como as más línguas e os espíritos mesquinhos afirmam, e mostrando-lhe, ao mesmo tempo, que ela tem um alto destino a cumprir.

Eis a primeira fase do caminho. Vamos à segunda.

B) *Fase construtiva.* — Esta fase do caminho pertence aos homens de Estado, aos estadistas na verdadeira acepção do termo. Aos homens de Governo compete utilizar o material psicológico carreado na primeira fase da jornada. Não valerão nada os factores psicológicos? Pelo contrário, valem bastante. O factor psicológico «confiança» é de todos o mais conhecido e o mais utilizado; o que êle vale, di-lo por exemplo o êxito alcançado pelo Sr. Dr. Oliveira Salazar no empréstimo dos portos. Pois bem, o que aconteceu aqui, acontecerá algures, em qualquer outro ramo da actividade nacional, no dia em que nós tenhamos criado neste País uma consciência colectiva e em que, mercê dessa consciência, cada português esteja compenetrado de que é preciso pôr todos os recursos individuais ao serviço de uma política de grandeza nacional.

Nesse dia, o português médio compreenderá que, se é necessário continuar a mandar emigrantes para o Brasil, para que o Brasil se não desnacionalize, deixando de ser filho do esforço português, é igualmente necessário que Angola e Moçambique sejam colonizadas por portugueses, de sangue português, e servidas ao mesmo tempo por capitais portugueses. O português comerciante compreenderá que se torna necessário converter os mercados das nossas províncias ultramarinas em *mercados portugueses*, porque atrás da mercadoria vai a idea nacional. A bandeira do comércio é a guarda-avançada da bandeira política. E nesse dia também, tudo quanto os homens de Estado fizerem por desenvolver a nossa actividade económica e por fortalecer os laços existentes entre a metrópole portuguesa e todas as suas colónias espalhadas pelo mundo, tudo terá o aplauso, o apoio e o auxílio, moral e material, da Nação.

Hoje, mais do que nunca, é necessário nacionalizar as nossas províncias ultramarinas. Nacionalizá-las por todos os meios: fomentando a colonização portuguesa e dificultando, paralelamente, a estrangeira; fortalecendo a soberania portuguesa e cortando as asas, paralelamente, a todas as veleidades de emancipação extemporânea, como a todos os focos de propaganda estrangeira.

Quando uma tal obra estiver realizada — daqui a dez? daqui a vinte? daqui a cinqüenta anos? — certamente que Portugal deixará de ser *quantité négligeable* no xadrez político internacional, e o imperialismo europeu ou americano deixará de contar com a nossa passividade, com a nossa preguiça e com a nossa impotência para talhar e retalhar à vontade o nosso património ultramarino em proveito das grandes potências. O que nos mata é a falta de fé em nós próprios.

§ 4.º — Geografia imperial portuguesa

A nossa fraca cultura histórica, juntamente com a nossa ignorância geográfica — que não nos leva, no entanto, a colocar Paris na Bélgica nem Bruxelas na Alemanha — fazem com que nós, portugueses, sejamos os primeiros a menosprezar o pêso de Portugal na balança mundial. «País pequeno» . . . Pequeno, sem dúvida, se apenas nos lembrarmos da metrópole e, na metrópole, de Lisboa. País enorme, porém, vasto império, se nos lembrarmos de que a superfície total do Império Português, distribuída pelas sete partidas do mundo, é de $2.172:506^{km^2},55$, isto é, 24 vezes a superfície do continente! Dêses $2.172:506^{km^2},55$ de superfície nacional, ao continente apenas cabem $79:625^{km^2},31$; o resto divide-se pelos Açores e pela Madeira, com um total de $3:304^{km^2},52$; pelas províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Congo, Moçambique, Índia, Macau e Timor, com um total de $2.079:976^{km^2},72$. Eis o que nós, na nossa pobreza de vistas, na nossa limitada ambição nacional, consideramos um «país pequeno», digno dos destinos laboriosos e pacíficos da Suíça; eis o que nós devemos considerar, no renascimento da consciência nacional, como ponto de partida para a reconstituição, em todos os pontos, do adormecido Império Português.

Quando pensamos que Portugal é um país pequeno, temos apenas em mente os 6 milhões de habitantes que constituem, mais milhar menos milhar, a população do continente e ilhas adjacentes; esquecemos, porém, a população do resto do Império Português, a população de Angola e Moçambique, de S. Tomé e Príncipe, de Cabo Verde e da Guiné, de Macau e Timor, que, juntamente com a população da metrópole, deve perfazer um total de cerca de 13 milhões de habitantes! Com $2.172:506^{km^2},55$ de superfície e 13 milhões de habitantes, ¿será legítimo considerar Portugal um país pequeno? De maneira alguma. Que os estrangeiros assim o considerem, por despeito uns, por ignorância outros, compreende-se; mas já não se compreende que sejamos nós os primeiros a proclamar a nossa pequenez territorial, quando possuímos um vasto império.

Se nós assim continuarmos a pensar, os estrangeiros continuarão a pensar da mesma forma; ora, para que os estrangeiros mudem de opinião a nosso respeito, não continuem a confundir-nos com a Espanha (é frequente chegarem a Portugal cartas onde Lisboa faz parte da Espanha e documentos comerciais onde o Congo português pertence à República de Angola!) nem a considerar-nos *quantité négligeable* em política internacional, torna-se necessário que reformemos a nossa mentalidade colectiva, que tomemos consciência da nossa fôrça, do *potencial* de império que em nós existe, e saibamos em seguida impor-nos aos que, valendo menos do que nós, hoje dão cartas na política internacional, com prejuízo moral e material para nós, que fomos os percursores dos modernos impérios.

Impõe-se, para sairmos da «apagada e vil tristeza» em que vivemos, uma profunda *reaportuguesação* de Portugal. Mas essa reaportuguesação não pode ser feita apenas no seu aspecto histórico-literário, pela reivindicação de glórias passadas que nos pertencem e pelo desenvolvimento dos estudos portugueses; o aspecto histórico-literário, por mais importante que seja, é apenas uma das faces, um dos aspectos do problema português. É necessário ensinar os portugueses a amarem o seu País, não sòmente nas suas glórias passadas como também nas perspectivas que o futuro nos oferece. ; Como são parvos aqueles jornalistas ou pensadores que a si próprios se consideram *avançados* e que julgam que ser tradicionalista é querer, ou a restauração pura e simples de um passado velho de séculos, ou a cristalização do País numa determinada forma político-social! O que os tradicionalistas pretendem apenas é que os ensinamentos do passado sirvam de correctivo aos erros do presente; o que os tradicionalistas pretendem é que o império que Portugal fundou, pela ciência dos seus navegadores e pela coragem dos seus guerreiros, não morra por completo às mãos de maus estadistas.

Foi Marcel Sembat (que não era um «reaccionário», diga-se entre parêntesis) quem um dia afirmou que a democracia substituía as lutas externas de expansão pelas lutas internas de desagregação. Ora, enquanto Portugal viveu em democracia pura, as lutas internas dos partidos não conseguiram mais do que realizar a lenta desagregação do Império Português, agravando erros que já de longe vinham. Ao espírito nacional restaurado cabe a árdua tarefa de inverter os termos do problema, opondo à política de desagregação feita pelos partidos a política construtora, integradora da Nação e do Império.

De cada vez que Portugal concorre a uma grande exposição, nacional ou internacional, quer seja no Brasil, quer seja em Sevilha, quer seja em Paris, quer seja na Bélgica, a representação portuguesa constitue uma

surprêsa para os estrangeiros. Aproveitemos essa surprêsa e continuemos a trabalhar para que dia a dia as fôrças nacionais se revigorem e para que a surprêsa dos estrangeiros, visitando as exposições, seja a mesma que terão desembarcando em Portugal; se um estrangeiro, desembarcando pela primeira vez em Lisboa, fica com a impressão — basta para isso atravessar o Rossio — de que em Portugal ninguém tem nada que fazer, de que nos arrastamos em vez de trabalharmos —, é preciso que essa opinião se desfaça pela própria evidência dos factos. Necessitamos de trabalhar — e de trabalhar muito.

As províncias ultramarinas portuguesas oferecem um largo campo de actividade a quem tenha vontade de trabalhar. Mas, como a vontade individual não basta onde não há recursos de outra ordem, é preciso que o Estado faça uma larga política imperial, ligando a economia metropolitana à economia ultramarina (o decreto n.º 19:773, publicado pelo actual Ministro das Colónias, é um grande passo nesse sentido), e auxilie a colonização portuguesa no ultramar, de forma a que os colonos não se encontrem apenas com dois braços perante um território cheio de riquezas.

Se os governos se compenetrarem de que Portugal é, de facto, apenas um «país pequeno», a política de campanário ou de café bastar-nos-á para acabar de consumir a nossa ruína; se os governos, porém, pensarem que Portugal é um vasto império, têm forçosamente de realizar a grandeza de Portugal por uma política nitidamente, claramente, definitivamente imperial. Ou isto — ou nada.

§ 5.º — O império português na sua missão espiritual

Entrevistado pela *Gaceta Literaria*, de Madrid, o escritor espanhol E. Salazar y Chapela, ao preguntarem-lhe por que motivo de crítico se havia convertido em romancista, respondeu com estas palavras, que vale a pena transcrever na própria língua original:

«Porque me dá pena la literatura española. És terrible lo que está ocurriendo en España. Los escritores se van de la literatura como del lado de una novia pobre ó de un pariente en desgracia. Saltan á la política, cuyo triunfo está constelado siempre de oro. Pero las editoriales son las editoriales. Son máquinas que necessitan originales, vengan donde vengan. Y las editoriales tienen hoy que nutrirse del extranjero. El setenta por ciento de lo que se edita en España ha sido escrito fuera de España. Algunas empresas se nutren integralmente de traducciones.

Esto es una humillación. Esto es una humillación para la literatura española, cuyo perfil de cordillera eminente no deberá ser truncado nunca. En este aspecto, como asimismo en los literarios, admiro sobremanera á Ramón y á Jarnés, dos grandes escritores que se mantienen fieles, temperamentales, puros á la literatura. Pero no debemos dejarlos solos. Hay que ayudarles. La literatura española, de tan espléndido abolengo, no puede sostenerse con dos figuras, aunque estas sean tan eminentes como las mencionadas. Por eso, por amor, no a mi literatura, sino á la literatura española, he tomado la decisión irrevocable de hacerme novelista».

«Os editores espanhóis têm de nutrir-se do estrangeiro. . .». «Setenta por cento do que se edita em Espanha foi escrito fora da Espanha. . .». «Algumas emprêsas nutrem-se integralmente de traduções. . .». «Isto é uma humilhação para a literatura espanhola. . .». Destaquei no texto espanhol estas palavras. Onde está escrito *Espanha*, leiamos *Portugal*: o resultado é o mesmo; os factos são os mesmos; a humilhação é a mesma. Os editores portugueses não editam obras portuguesas; ou editam traduções estrangeiras ou vendem livros franceses. Porquê? ¿Porque se não editam autores portugueses? A resposta está feita em *cliché*: porque somos um País de analfabetos. ¡Extraordinário País êste onde os analfabetos não sabem ler português — e compram livros franceses!

¿De que vivem, de facto, os editores portugueses, se êles não editam autores portugueses, ou apenas editam, entre os autores portugueses, dois ou três consagrados de venda segura? Vivem da venda do livro estrangeiro, seja original, seja traduzido. Ora não me parece que o leitor português, sendo capaz de ler traduções, não seja capaz de ler obras originais portuguesas; não me parece tampouco que o leitor português de livros estrangeiros não seja capaz de ler livros portugueses, desde que êsses livros estejam na medida da sua cultura.

¿Porque se não editam, então, mais autores portugueses? Não pode admitir-se a explicação infantil da falta de mercado, improcedente pela razão já atrás exposta; de resto, ainda que êsse mercado não existisse, os editores poderiam e deveriam criá-lo. A explicação verosímil da inacção — da *inexistência*, pode dizer-se com maior rigor — da literatura portuguesa está simplesmente na falta de iniciativa, de espírito comercial da parte dos editores portugueses. Contam-se como excepções honrosas os poucos que ainda editam alguma coisa portuguesa digna de ler-se; mas que tristeza se, no mesmo livreiro, passarmos da montra dos livros estrangeiros para a montra dos livros portugueses! Os livros estrangeiros renovam-se todos os dias: vendem-se. ¡Os livros portugueses envelhecem nas montras!

Mas êste estado de cousas tem de mudar também. Êste estado de cousas representa uma humilhação para a literatura portuguesa, uma vergonha para Portugal, um desprestígio para o Império Português. O Império Português tem uma alta missão espiritual a cumprir; para o cumprimento dessa missão dispõe de um instrumento poderosíssimo: uma língua falada por algumas dezenas de milhões de indivíduos espalhados por todo o mundo. O prestígio intelectual de que a França goza em toda a parte não existiria se ela não possuísse a língua que possui e não a espalhasse por todo o mundo culto, servindo-se para essa obra de imperialismo espiritual de todos os meios ao seu alcance. Atrás da língua francesa vão as ideas francesas; atrás das ideas francesas vai a cultura francesa. ¿Porque não fazemos nós outro tanto? ¿Porque não levamos a língua portuguesa a toda a parte onde ela é susceptível de ser lida, compreendida e amada? Da outra banda do Atlântico há um povo de 40 milhões de indivíduos que fala a nossa língua: ¿qual é o nosso contacto, o nosso comércio espiritual com êsses irmãos de sangue e de linguagem? Nos Estados Unidos há numerosas colónias de portugueses, milhares de homens que, portugueses pelo coração evidentemente — António Ferro no-lo disse no seu livro *Novo Mundo, Mundo Novo* —, são-nos menos pelo espírito, pela cultura, muitos dêles não sabendo quasi falar português, outros envergonhando-se de falar a língua de seus pais e avós. ¿Que fazemos nós para dar a êsses portugueses, nas páginas dos nossos livros e das nossas revistas, o fermento de uma cultura portuguesa, por inocular nos seus hábitos o hábito de ler e falar português, por lhes mostrar dia a dia que Portugal não é uma nação morta, mas sim um Império renascente? ¿Que fazemos nós pela difusão da cultura e da língua portuguesas nas nossas províncias ultramarinas, nas colónias distantes da Índia, da Oceânia?

¿Ai de nós, que nada temos feito onde tanto é necessário fazer-se! Um povo sem cultura própria é um povo que se subalterniza lentamente, acabando por cair sob o domínio directo daquele outro povo que sobre êle exerce um predomínio espiritual mais intenso e constante. O autor destas linhas não se revolta contra o meridiano intelectual de Paris; prefere-o, mesmo, aos meridianos de Londres, de Nova York, de Berlim ou de Madrid; mas entende que o nosso dever de portugueses é criar o meridiano intelectual e espiritual de Lisboa, pelo qual devem acertar o relógio do seu espírito os milhões de homens que, directa ou indirectamente, estão sob a influência de Portugal.

Para que esta vergonha da nossa literatura desapareça torna-se mester entrar no caminho de uma política vasta de realizações editoriais. Se o livro estrangeiro faz uma concorrência nefasta ao livro português, façam-

-se ao Govêrno tantas representações, efectuem-se junto dêle tantas tentativas quantas as necessárias para que o livro portugês seja protegido contra o livro estrangeiro: o interêsse da cultura portuguesa, a expansão do pensamento portugês nos países e territórios onde o seu ascendente ainda hoje está vincado não podem estar à mercê dos interêsses particulares da indústria papeleira, por mais legítimos e importantes que êsses interêsses sejam. Se o livro portugês não se expande por falta de público que o compre, os editores não têm mais a fazer do que conquistar êsse público, dando-lhe livros bons em edições baratas. Esta tarefa é, de resto, tanto mais fácil quanto é certo não haver em Portugal escritores profissionais, isto é, homens que, vivendo exclusivamente da sua pena, exijam dos editores somas tais que a edição de um livro tome o aspecto de uma aventura comercial arriscada. Não falta quem escreva: falta apenas quem edite. António Sardinha teve, de princípio, dificuldades editoriais, como toda a gente em Portugal; publicados os seus primeiros livros, porém, o público acorreu, e atrás dêle os editores; alguns anos passados sôbre a sua morte, António Sardinha tem ainda quem o edite, porque tem ainda bastante quem o leia.

¿São grandes as dificuldades para a expansão dos livros portugueses nos países de língua portuguesa e espanhola? Aos editores cumpre levar ao conhecimento do Govêrno essas dificuldades. Não pretendo que se fechem as fronteiras para os livros estrangeiros; desejaria apenas uma reciprocidade que permitisse ao livro portugês ir até aos países cuja produção literária invade e submerge a produção portuguesa.

Uma verdade de facto deve guiar todos os nossos passos neste caminho: o Império Portugês não é apenas uma entidade política, geográfica, económica: é também uma entidade cultural, espiritual, intelectual. A literatura portuguesa tem pois um largo campo de acção para exercer a sua actividade.

§ 6.º — Da importância do «dialecto» portugês: Maurras contra Victor Bérard

Há poucos anos, quando da discussão no Parlamento francês do ensino das línguas meridionais, os portugueses tiveram a desagradável surpresa de encontrar na *Action française*, subscritas por Carlos Maurras, as seguintes palavras:

«Un enfant qui sait le latin et le provençal n'a qu'un effort insignifiant à faire pour s'assimiler le catalan et le portugais, et ce dernier dialecte leur ouvre près de la moitié de l'Amérique Latine».

Que as crianças que sabem latim e provençal tenham grande facilidade em aprender o catalão e o português, creio que não sofre dúvidas; que o português lhes abre as portas de cêrca de metade da América chamada latina, também ninguém o contesta; o que é extraordinário, sob a assinatura de um homem como Maurras, instruído nas cousas da História e da política, é que a língua portuguesa seja considerada um simples dialecto, como o provençal! *Ça va un peu fort . . .* Causa que não acontece em França, como não acontece em Espanha, «Portugal vive de uma íntima fôrça prodigiosa, que explica só por si a prodigiosa resistênciã da sua seiva — em todo o Portugal se fala a mesma língua. Desentendemo-nos (acrescenta Afonso Lopes Vieira, que estou citando, no seu livro *Em demanda do Graal*), desentendemo-nos na mesma linguagem; e, na evidente decadência em que tombamos, êste elo de coesão espiritual é tam forte, que basta para fazer-nos discernir por que ainda vivemos. Vivemos por obra e graça da linguagem».

Mas não sòmente os portugueses se desentendem — e por vezes também se entendem — na mesma linguagem, como essa mesma linguagem se encontra espalhada por todo o mundo, por todos os continentes, falada por algumas dezenas de milhões de indivíduos. Ê preciso convir que, para um simples *dialecto*, é bastante honroso; ¿acontecerá outro tanto ao catalão e ao provençal? De resto, ainda mesmo como *dialecto*, a linguagem portuguesa não tem certos defeitos que concorrem na francesa — língua que os franceses consideram, mais do que nacional, internacional. «Notre langue française, avec l'embarras de ses *qui*, ses *que*, la surcharge de ses verbes *faire* et *avoir*, son absence d'inversion . . .». Quem fala assim? Paulo Bourget, referindo-se às dificuldades encontradas por Flaubert para conseguir dominar a forma. Outro tanto não poderemos nós, portugueses, dizer, possuindo uma linguagem admirável, com infinitas possibilidades de expressão e de variedade.

Na segunda página do mesmo jornal, porém, o senador Victor Bérard, presidente da comissão de ensino, vingava-nos da afronta de Maurras:

«Ê preciso introduzir as línguas meridionais nos exames das grandes escolas. Não se falou aqui, por exemplo, do português, se bem que esta língua esteja em vésperas de possuir o mais vasto império colonial que tem existido. O Brasil, especialmente, ser-nos-ia uma larga saída se os nossos engenheiros soubessem português. Devemos fazer na América do Sul o que a Inglaterra fez na América do Norte».

Estamos vingados, pela bôca de Bérard, da injustiça cometida pela pena de Maurras: ¿se o mal do cão se cura com o pêlo do mesmo cão, o mal feito por um francês cura-se com o bem feito por um outro francês!

Efectivamente, a língua portuguesa está em vésperas de possuir o mais vasto império colonial que tem existido; e se a universalidade da nossa língua é uma prova manifesta de que Portugal não morre, é ao mesmo tempo um incentivo para que persistamos na defesa da nossa linguagem, não sòmente intra-fronteiras, falando-a e escrevendo-a o melhor que posamos fazê-lo, mas igualmente extra-fronteiras, difundindo-a por toda a parte e forçando os estrangeiros a conhecê-la. A primeira vantagem do conhecimento, por parte dos estrangeiros, da existência de uma língua portuguesa — e não de um «dialecto» — é não nos confundirem mais com uma província da Espanha.

Nós prestámos aos brasileiros o melhor serviço que poderíamos prestar-lhes; demos-lhes o ser, descobrindo o Brasil; os brasileiros, em troca, prestaram-nos um serviço importante: impuseram a nossa língua em Genebra. Amor com amor se paga, um velho rifão ensina . . . Será isso, porém, o suficiente para que voltemos a adormecer sôbre os louros da nossa grandeza passada? De modo algum. E assim como os franceses têm interêsse em que os seus engenheiros saibam português, para empregarem a sua actividade no Brasil, assim também nós temos interêsse em que a nossa língua seja conhecida dos estrangeiros, para que não continuem a tomar-nos como um povo morto, *quantité négligeable* . . . Ora, de que não somos um povo morto, já os franceses começam a aperceber-se, se dermos crédito às palavras de Victor Bérard. Resta-nos convencê-los de que não somos uma quantidade desprezível nos domínios da política internacional. Se um povo que está em vésperas de possuir o maior império colonial que tem existido (Victor Bérard *dixit*) é uma quantidade desprezível, ¿que serão outros povos que hoje nos usurpam o lugar?

Ora, porque não é um dialecto, como o provençal, nem uma língua morta, como o latim, a língua portuguesa, que já hoje domina quási toda a América do Sul, tem diante de si ainda largas perspectivas, vastos horizontes a transpor. Todos os meios nos devem servir para auxiliar a expansão da nossa língua: e um dêles, fácil, simples, exequível, seria que o nosso comércio só da língua portuguesa se servisse nas suas transacções com o estrangeiro. Um país que quási tudo importa pode bem dar-se ao prazer de comunicar com o estrangeiro na sua língua própria, obrigando assim o estrangeiro a conhecê-la. Se Portugal vivesse da exportação, teria de se submeter à língua dos outros povos para conseguir vender e expandir os seus produtos; como, porém, são os outros povos que precisam de conquistar os nossos mercados, êles que aprendam a nossa língua: se nisso está o nosso amor próprio, está igualmente o interêsse dêsses povos. De resto, se em filosofia a tese e a antítese se podem

conciliar na síntese, também os nossos interêsses de exportadores se podem conciliar com os nossos interêsses de importadores, numa síntese que a todos satisfará: escrevamos em francês ou inglês quando tivermos de vender, e em português, *mas só em português*, quando tivermos de comprar. Nem por isso os franceses deixarão de nos vender pó de arroz, nem os ingleses carvão. . .

§ 7.º — Da necessidade duma consciência imperial

Se o nosso patriotismo é vibrante, mas inconsistente, profundo, mas incoerente, o mal não é de hoje nem de ontem. Eça de Queiroz, no final de *A Ilustre Casa de Ramires*, soube traçar com elegância e firmeza, na pessoa de Gonçalo Mendes Ramires, o retrato de Portugal. Somos assim mesmo; e somos assim há séculos; mas, se no domínio individual uma consciência sã pode triunfar de uma hereditariedade carregada de taras, no domínio colectivo, uma geração ou o escol de uma geração pode reagir contra uma ancestralidade doentia, neutralizando-a pelas virtudes opostas, reagindo contra as causas para conseguir efeitos salutareos.

Se não podemos ir ao fundo histórico da nossa personalidade corrigir os defeitos de que enfermamos, nem por isso o remédio para o futuro deixa de estar nas nossas mãos. As causas do mal são conhecidas: resta aplicar-lhes a terapêutica apropriada. E, entre todas as causas do nosso mal, uma existe que se impõe como fundamental: a falta de uma consciência colectiva, que seria a espinha dorsal do nosso patriotismo. Todos os doutores em ciências sociais portuguesas estão de acôrdo sôbre êste ponto. Uns, porém, atribuem essa falta à Monarquia, que não soube educar o povo; outros à República, que o abandonou ao capricho dos interêsses partidários — até que se deu a reacção salutar de 28 de Maio de 1926. Na verdade, porém, a culpa é menos dos regimes do que das *élites* que os servem.

Fernando Pessoa, no seu brilhante opúsculo sôbre *O Interregno (defesa e justificação da Ditadura Militar em Portugal)*, explica assim a divisão dos portugueses contra êles próprios:

«Estamos divididos porque não temos uma idea portuguesa, um ideal nacional, um conceito missional de nós mesmos. Tivemos — para bem ou para mal, porém com certeza não só para mal — um conceito de império, a que nos forçaram nossos descobrimentos. Êsse conceito caíu em Alcácer-Quibir . . .».

Ora, aos intelectuais portugueses cumpre, como um imperativo categórico do nosso patriotismo, retomar êsse conceito de *império português*, caído em Alcácer-Quibir, dar-lhe forma, animá-lo e defendê-lo aos olhos de nacionais e estrangeiros. Não tenhamos medo de que nos venham a chamar «sebastianistas» pela bôca dos cépticos, que duvidam de tudo menos dêles próprios, pois que o «sebastianismo» é, na expressão de Oliveira Martins, *a prova póstuma da nossa nacionalidade*. O sebastianismo contém em si, portanto, um princípio dinâmico que urge pôr em movimento.

Dar definição e consciência ao instinto vital da raça, que é o conteúdo real do «sebastianismo», não é outra coisa mais, afinal, do que obrigar os portugueses a pensar *como portugueses*. Trata-se, pois, de um problema de cultura nacional, no qual todos nos devemos empenhar, pondo de parte paixões particulares, interêsses divisores. «Não há êrro mais lamentável — escreveu um dia o jornalista catalão Rovira y Virgili — do que o do homem que se deixa perturbar pelos incidentes de carácter pessoalíssimo, sob os quais não há, muitas vezes, outra coisa senão mal-entendidos e referências inexactas. ¿Porque se há-de passar os dias em mútuas recriminações, em recíprocos ataques, encobertos ou descobertos? Que cada um retome com renovado fervor a sua faina intelectual ou literária, deixando que as vozes volantes se extingam todas, sòzinhas, sob a indiferença e o cansaço. Em lugar de desperdiçar o tempo em discussões infundáveis e inúteis de café ou da pena, é necessário lançar novamente o olhar para as finalidades fecundas da cultura e pôr ao serviço dessas finalidades toda a fôrça da vontade e da inteligência».

¿Não poderão estas palavras, escritas para a Catalunha, ser aplicadas a Portugal? Entendo que sim. Porque não temos espírito nem educação cívica, nós, portugueses, procuramos todas as razões que nos podem afastar e desprezamos todas as que nos podem unir. Onde devíamos ver *factos* encontramos *pessoas*. Onde devíamos ver a *Nação*, topamos com grupos, facções, sectores e partidos. Onde uma razão nacional, fundamentada e equilibrada, devia agir, damos largas apenas a um sentimento, vibrante sem dúvida, mas inconsistente e inglório. E os intelectuais, jornalistas e escritores especialmente, que deveriam considerar a sua pena como uma espada ao serviço da Pátria, consideram-na simplesmente, na maioria dos casos, como um instrumento do seu *diletantismo*, tam inútil como inglório.

O primeiro dever do nosso patriotismo — criar *portugueses* — fica assim, pois, por cumprir. O inglês tem em toãa a parte uma mentalidade britânica. O francês tem em toda a parte uma mentalidade francesa. O alemão tem em toda a parte uma mentalidade germânica. E nós? Nós,

no dia em que soubermos ser acima de tudo *portugueses*, conseguiremos que Portugal seja uma grande potência e, como tal, respeitada por todas as outras.

§ 8.º — Consciência imperial e opinião pública

Criar uma consciência colectiva é formar uma opinião pública instruída sôbre as linhas fundamentais do interêsse imperial português, de molde a que um Governo, quando integrado nas directrizes capitais da nacionalidade, sinta junto de si, a apoiá-lo, o sentimento unânime e a vontade unânime da Nação.

Que acontece hoje? Precisamente o contrário do que deveria acontecer. Não há uma opinião pública nem uma consciência colectiva, porque a Nação viveu durante mais de um século dividida contra si própria, em virtude do regime individualista dos partidos, e porque a nossa imprensa, com raríssimas excepções, herdeira dêsse individualismo, é profundamente incapaz de revelar uma opinião unânime no que toca aos interêsses fundamentais da Nação.

Parece à primeira vista que o facto de sermos uma Nação antiga, com um passado rico, facilitaria a tarefa aos obreiros dessa consciência colectiva; as directrizes da vida nacional, estabelecidas através dos séculos, parece que deveria ser fácil pô-las a nu, e impô-las ao País, melhor dizendo, à opinião pública; mas não. Essas linhas fundamentais da nacionalidade estão, desde há dois ou três séculos, para mais que não para menos, abafadas sob a poeira vã do palavreado, divorciadas, por consequência, da luz do sol e das realidades de cada dia.

Ora, hoje mais do que nunca, importa pôr a nu os alicerces da «pequena casa lusitana», explicar porque, apesar da sua pequenez, ela um dia conseguiu, pelos seus descobrimentos, deslocar o eixo da civilização do Mediterrâneo para o Atlântico, e as razões que nos sobram para que os versos de Camões persistam na sua realidade, não apenas verbal, mas *carnal*:

De África tem marítimos assentos
Ê na Ásia mais que todas soberana,
Na quarta parte nova os campos ara . . .

Ê essa a missão que se impõe a quem hoje, usando da palavra ou da pena, queira consagrar-se à defesa da sua Pátria e à grandeza do Império Português. Ê uma tarefa de ordem intelectual, cultural, que não dá tantos lucros como estar arregimentado num partido político, mas que traz, certamente, inegaláveis benefícios para a Nação. Quem a poderá realizar?

Sem dúvida, um escol. Mas não escol de eruditos, a quem a poeira e as teias de aranha do passado não deixam o campo livre para a observação objectiva do presente. O trabalho de análise histórica está feito; o que nos falta agora é uma síntese que seja o breviário nacional por excelência, uma síntese que seja o traço de união entre a grandeza do nosso passado e as magníficas possibilidades do nosso futuro.

Ai dos alemães! ai dos franceses! ai dos ingleses! ai dos italianos! ai dos espanhóis!, se um dia começassem a entoar o *De profundis* sobre os seus males passageiros, não tirando dêles os ensinamentos necessários e as necessárias lições para se curarem. ¿Porque não fazemos nós como os outros povos? ¿Porque é que, em vez de nos deixarmos embalar pelas jeremiadas da nossa decadência, não nos resolvemos a acordar de vez, a sacudir dos ombros êste torpor que nos envilece, a abrir as portas do espírito ao ar puro que corre das bandas do Atlântico, e a voltar à vida de soldados e lavradores — soldados da nossa civilização, lavradores da nossa terra — reconquistando o perdido lugar entre as grandes potências? Algumas dessas potências fizeram-se grandes explorando-nos nos momentos de fraqueza; tiraram-nos tudo quanto puderam, não nos deixando levantar a cabeça para não podermos correr os ladrões de nossa casa; mas os tempos mudam, e em cada ano, numa nova primavera, readquire a terra novas seivas e novas fôrças . . . ¿Porque não hão-de as nossas fôrças renascer na primavera que passa?

Entre a concepção aristocrática da história, de Carlyle, para quem só os grandes homens valem, e a concepção democrática, de Michelet, para quem o povo é tudo, entende o autor destas linhas que é o escol de uma sociedade, em cada momento histórico, quem faz a história dessa sociedade. O escol é tudo, quando tem para se apoiar, como no nosso caso, uma massa de bronze. À raiz de todos os grandes movimentos está sempre um pequeno número de indivíduos. Em minoria sob o ponto de vista numérico, êsses indivíduos constituem, no entanto, a verdadeira *maioria dinâmica*. São êles quem acorda a massa, a orienta, a conduz. Foi sempre assim. Porque não há-de voltar a ser assim?

A terra portuguesa tem o seu destino preso, neste momento, à sorte de uma batalha. A *mobilização dos espíritos* deve preceder a mobilização dos corpos. Nem só no campo de batalha se combate: a pena é também uma espada, e a cada um de nós cabe manejá-la o melhor que puder e souber, enquanto para tanto tiver fôrças. ¿Que esperamos, para descer a terreiro? ¿Que nos amortalem e nos sepultem? Nessa altura seria tarde. O que a Ditadura tem feito na ordem material deveria ter o seu complemento na ordem espiritual. O nacionalismo não consiste apenas em querer que haja estradas, portos, caminhos de ferro, produção e con-

sumo, trabalho e comércio. O nacionalismo exige que, no plano espiritual, todo êsse progresso material se justifique como um elemento da nossa grandeza, e exige ainda que se crie uma consciência imperial portuguesa, que compreenda e explique a obra material da Ditadura como um ponto de partida e de apoio para uma política mais vasta, para a reconquista da nossa posição entre as nações da Europa e para a restauração do nosso prestígio entre as grandes potências. E a criação dessa consciência deve ser obra de todos aqueles que, manejando uma pena, dela se não servem apenas para os devaneios de uma literatura liquefeita.

§ 9.º — Duma política imperial portuguesa

A melhor maneira de formar a consciência colectiva, a consciência imperial que nos falta, é explicar à opinião pública quais são, nas suas linhas gerais, as leis que determinam a política portuguesa, explicar-lhe quais as directrizes que presidem, não só no passado, mas também no presente e no futuro, à marcha da vida nacional. Melhor dizendo: a opinião pública precisa de possuir um mínimo de noções gerais sôbre a arte de ser português, a fim de estar preparada para melhor compreender e sentir todos os assaltos ao nosso património ultramarino, à carne do nosso Império.

Pela sua posição geográfica, como pela sua história — e foi a posição geográfica que determinou que a história de Portugal fôsse o que ela é —, Portugal não pode continuar a ser uma nação apagada nem uma potência de terceira ordem; e a existência de territórios portugueses espalhados pelas sete partidas do mundo impede-lhe que continue a ser considerada uma potência de «interêsses limitados». Não somos, por consequência, aquele pequeno país para o qual, na opinião de um diplomata americano que desconhecia a história de Portugal, Sidónio Pais teria sido um homem demasiado grande.

O crítico de arte, espanhol, Eugenio d'Ors, ocupando-se de Portugal, considerava-nos justamente como uma chave da Europa e, por certos aspectos da cultura europeia, considerava Portugal tam importante como a Itália. «Portugal é uma janela aberta sôbre o infinito. ¿Como desprezar o dinamismo que deve necessariamente produzir a sêde ilimitada de um povo que — é preciso não esquecer que é Eugenio d'Ors quem escreve tudo isto — ocupou durante tanto tempo a posição geográfica extrema do mundo e que se encontrou à beira de um abismo? Não se é impunemente o fim do mundo. Não se guarda impunemente a consciência impregnada desta fôrça, dêste oceano sem limites e sem figura. Foi por

êste motivo que a secreta e profunda vocação portuguesa consistiu em querer fazer o contrário do que havia feito o espírito configurador da Grécia, amorosa fiel de tudo quanto fôsse forma e de tudo quanto fôsse limite, em introduzir a potência passional em tudo quanto a visão dos gregos havia votado a uma estabilidade harmoniosa . . . Foi debaixo dêste impulso secreto que os portugueses se lançaram nos descobrimentos e nas longas viagens do comêço da Renascença. O contra-golpe desta expansão foi justamente a introdução do estilo barroco na cultura europeia. Por seu turno, as Índias colonizaram a Europa e deram-lhe esta irregularidade vital e, por assim dizer, vegetal, que punha as novas concepções em contradição com a essência clássica».

E a crítica de Eugenio d'Ors, distinguindo entre as formas que derivam da árvore e as que derivam da coluna, estabelece o paralelo entre os dois grandes movimentos da cultura europeia: aquele cuja sede pode ser fixada em Roma e o que se pode centralizar na essência da vida portuguesa. À luz dêstes princípios, acrescenta um escritor francês, comentando a crítica de Eugenio d'Ors, não sòmente se explica toda a vida artística, moral e intelectual de Portugal, mas também uma parte da história espiritual da Europa.

Eugenio d'Ors fala de *cultura e arte*; nós falamos de *política e império*; mas as suas opiniões, em vários pontos, fortalecem a tese do autor destas linhas. O Oceano fez-nos curiosos e investigadores; a fé fez-nos apóstolos. Ao contrário dos gregos, de espírito configurador, vivendo de fora para dentro, nós vivemos de dentro para fora. Fatalidade, se quiserem. Mas, porque a fatalidade está precisamente no polo oposto ao do acaso, é que os portugueses, pondo a sua inteligência e os seus conhecimentos ao serviço dessa fatalidade que os havia feito nascer à beira de um mistério infinito, *souberam* descobrir meio mundo, deixando por toda a parte valiosos testemunhos, alguns dêles imorredouros, do seu esforço e da sua tenacidade.

É claro que o esforço feito foi demasiado grande para as nossas possibilidades: os «eugénicos» de um povo esgotam-se como se esgotam as fôrças de um indivíduo. Ficámos arruinados, ficámos combalidos, não há negá-lo, mas não ficámos decadentes. O romance da nossa decadência foi inventado por estranhos, que na nossa apatia têm sempre real interêsse. Mas, se há povos que a toda a fôrça pretendem que estamos decadentes e precisamos de uma assistência permanente, também há ainda em Portugal quem não acredite nessa decadência; e se as pessoas que se recusam a acreditar em tal decadência quiserem conjugar os seus esforços nesse sentido, em meia dúzia de anos poderão convencer a opinião pública de que Portugal não sòmente se não encontra em estado de decadência, como

tem ainda todas as possibilidades de voltar a ser considerado uma grande potência no concôrto das nações.

Como escreveu Moniz Barreto, «conquanto a posição geográfica de Portugal seja diferente da dos pequenos países encravados entre as grandes potências adversas do continente, conquanto não estejamos, como a Suíça, a Roménia ou a Bélgica, na passagem das hostes que se precipitam ao encontro umas das outras com as armas na mão, é porém certo que a privilegiada situação do nosso litoral sôbre o Atlântico e à entrada do Mediterrâneo e a importância do pôrto de Lisboa como base de operações marítimas nas águas ocidentais da Europa impedem que a nossa atitude seja indiferente às potências empenhadas numa guerra, que será em grande parte naval. A neutralidade é uma ilusão, quando não é garantida ou pelo isolamento geográfico ou pelo desenvolvimento de fôrças imponentes».

A nossa posição geográfica tem pois um valor incalculável, com o qual podemos entrar no jôgo das alianças; mas êsse valor seria, apesar de *considerável*, um valor passivo, se não o soubéssemos aumentar ainda mais pela valorização de todo o potencial nacional, económico, político, ultramarino, industrial, militar e naval. E é essa valorização precisamente que deve constituir de hoje para o futuro o *idearium* de todos os portugueses dignos dêste nome.

§ 10.º — As leis duma política imperial portuguesa

Na série de problemas que a criação de uma consciência colectiva, *imperial*, postula, o problema político ocupa o primeiro lugar. *Politique d'abord*, como ensina Maurras; não porque o problema político seja o primeiro na ordem da dignidade, mas porque é manifestamente o primeiro na ordem da necessidade.

Não há que tocar no problema da forma de regime, não é preciso pormos aqui em equação o problema do regime político para chegarmos onde devemos chegar. Vivemos em República; e se da parte dos governantes não há a preocupação de modificar o *statu quo*, da parte dos inimigos da República, quero dizer, dos monárquicos, também não existe o desejo de neste momento derrubar a República e restaurar a monarquia. De resto, o pior mal que o próprio Maurras encontra na República não é a sua *forma* republicana, mas a sua *essência* democrática, individualista. Ora êste escolho está afastado pela própria evolução dos acontecimentos e a Constituição votada pelo País dá forma jurídica à evolução dos acontecimentos.

Seja porém como fôr, seja qual fôr o regime político sob o qual a Nação viva, há um mínimo de reivindicações nacionais que é preciso conquistar, e é esse mínimo de reivindicações, impostas pelo próprio *salus populis*, que pode permitir a existência de um forte núcleo nacionalista entre o escol dos portugueses, criador de uma mentalidade imperial à margem de todos os agrupamentos de carácter político. ¿Quais são essas reivindicações?

Em primeiro lugar, como as leis fisiológicas dos povos são as mesmas dos indivíduos, e um povo que se não desenvolve é um povo que se atrofia e morre, é preciso eliminar a democracia do Governo, visto que a democracia substitue às lutas externas de expansão (no caso português de *consolidação*) as lutas internas de desagregação: Marcel Sembat *dixit*. Da Grécia até Portugal as democracias acabaram sempre por se dissolver na anarquia, entregando as nações, amarradas de pés e mãos, ao inimigo organizado.

Em segundo lugar, e como corolário lógico do que ficou dito, as nações precisam, para viver, de uma autoridade que as dirija e dentro delas mantenha a ordem. E uma autoridade é tanto mais forte quanto mais independente fôr. Ora o sistema democrático da escolha da autoridade pelos subordinados, além de ser contra a lógica, que não permite a escolha dos superiores pelos inferiores, tem ainda o inconveniente de tirar à autoridade toda a fôrça e, portanto, toda a independência. A autoridade fica fraccionada entre os eleitos e os eleitores, e um poder dividido é um poder naturalmente fraco. Como dizia o nosso Padre José Agostinho de Macedo, no *Desengano*, «no povo há duas cousas que se não podem unir e que os reformadores do mundo dizem que se encontram unidas e inseparáveis: soberania e obediência passiva. O povo impera e é soberano; o mesmo povo obedece e é vassalo. ¿E de quem é o povo vassalo, quando não é soberano?». Em democracia, os poderes são discutidos nos seus próprios alicerces e os poderes mais discutidos nem sempre são os mais obedecidos.

Mas a Nação — terceiro ponto — se precisa de uma autoridade, precisa igualmente de liberdade. E êste é o aspecto mais grave do problema, quando se procura resolvê-lo dentro das fórmulas democráticas. A democracia, apregoando uma liberdade teórica ilimitada, cerceou ao mesmo tempo as liberdades práticas de que a Nação gozava. A democracia não se limitou, porém, a cercear liberdades tangíveis, concretas, liberdades municipais e regionais em trôco de uma liberdade puramente abstracta. No sistema social fez a mesma cousa; abolido o sistema corporativo, criou o proletariado moderno, dando-lhe, em troca da segurança económica que lhe roubou, a liberdade de morrer de fome.

Autoridade em cima, liberdades em baixo (*liberdades* e não *Liberdade*), eis o que a Nação exige de um bom govêrno. Mas um bom govêrno tem ainda de corresponder a três condições fundamentais: *unidade, estabilidade e continuidade*. «Em toda a geração de cousas, disse-o Dante, a melhor é a mais *una*». E também Ulisses, séculos antes, ensinara a mesma cousa, ao dizer que o govêrno de um só era preferível ao govêrno de muitos.

Um govêrno de muitos, isto é, o poder dividido por muitos não pode deixar de conduzir à anarquia. Mas, para que um govêrno possa governar, é preciso tempo: tempo para conhecer a situação, tempo para estudar os remédios necessários, tempo para os aplicar e lhes conhecer os frutos. ¿Ora o que acontece nos regimes democráticos? Acontece que, prevalecendo os interêsses dos partidos sôbre os interêsses da Nação, as combinações dos partidos fazem e desfazem governos consoante os seus interêsses sem cuidarem por forma alguma dos interêsses da Nação que dizem representar.

¿Dentro de um regime democrático parlamentar, que estabilidade governativa pode haver? Nenhuma. E, não havendo estabilidade, muito menos pode haver continuidade, tanto mais que, cabendo o poder alternadamente a radicais e a conservadores — para só falar destas duas grandes divisões dos partidos —, os programas governativos são hoje o contrário do que foram ontem, e serão amanhã o contrário do que são hoje.

Eis porque a democracia é um govêrno nefasto; eis porque a idea *imperial* é incompatível com a idea democrática; eis, finalmente, porque a criação de uma mentalidade imperial impõe a criação de uma mentalidade anti-individualista e anti-democrática. Império e democracia são cousas opostas entre si, antagónicas: ¿por qual das duas devem os portugueses optar?

§ 11.º — Os aspectos económicos duma política imperial portuguesa

O leitor encontrou no parágrafo anterior o problema político português focado em função do império; tratemos agora do problema económico, de uma importância primordial num país onde quasi toda a gente se deixou convencer de que somos pequenos e pobres. Na realidade, não somos pequenos nem somos pobres; a nossa pequenez deriva exclusivamente de uma obliteração do nosso patriotismo; e a nossa pobreza é pura e simplesmente uma consequência, não só da obliteração do nosso

patriotismo, como também da perda quasi total do nosso bom-senso. Apesar disso, porém, estes dois lugares comuns correm e circulam como se fôsem ouro de lei, sendo falsos; e precisamente porque são falsos como Judas é que se torna mester opor-lhes um desmentido formal.

Resumindo o seu balanço à vida económica nacional, o economista Ezequiel de Campos chegava às seguintes conclusões, publicadas há anos nas colunas do *Comércio do Pôrto*:

«1.^a Na fase agrícola, até meados da dinastia de Borgonha, Portugal desempenhou bem a sua obrigação de conquistar e demarcar o seu território, e de o povoar, cultivar e usufruir;

2.^a Durante a expansão ultramarina, iniciada pela viagem a Ceuta, Portugal abandona a cultura e o povoamento do seu primitivo quadro geográfico para se entregar à tarefa das descobertas e da demarcação do seu vastíssimo domínio no ultramar;

3.^a No último século — terceira fase — perdido o Brasil como colónia, Portugal tornou-se colono do Brasil e delapidador do crédito externo; por isso não sentiu a necessidade de bem aproveitar, nem o seu país europeu, nem o vastíssimo domínio ultramarino. Assim chegou ao ponto de não ter quasi mais nada na metrópole para caucionar empréstimos externos, de não ter recursos financeiros para utilizar os dons naturais do seu território metropolitano e ultramarino».

Esta terceira fase foi, incontestavelmente, uma fase desgraçada, porventura a mais desgraçada de todas quantas a nacionalidade tem atravessado. Não sabendo aproveitar, nem as riquezas metropolitanas, nem as riquezas ultramarinas, de que vivemos então? Da exportação de braços e da importação de produtos estrangeiros, que nos levavam progressivamente à ruína. A nossa balança comercial, permanentemente deficitária, fatalmente nos havia de fazer chegar ao estado a que chegámos, o que permitiu ao economista francês Carlos Gide escrever no capítulo sobre o proteccionismo do seu livro *Principes d'Economie Politique*: «O país importador paga com o seu dinheiro enquanto o tem e, quando já o não tem, pede emprestado, na maior parte das vezes ao próprio país que lhe vende as mercadorias: a situação, neste caso, não faz senão piorar, porque daí por diante ao saldo devedor resultante das importações vai juntar-se o saldo devedor resultante dos juros a pagar. Um país nestas condições caminha progressivamente para a bancarrota. Tal foi a história, por exemplo, de Portugal, da Turquia», etc.

Por mais triste que o quadro possa ser, o certo é que o estrangeiro aqui, contra a regra geral, não nos difama. Foi nesse estado lamentável

de ruína que o liberalismo monárquico deixou o país; o liberalismo republicano não foi mais feliz no seu govêrno: os interêsses dos partidos sobrepunham-se necessàriamente aos interêsses da Nação, e a riqueza pública não podia ter aos olhos dos governantes o mesmo valor que tinha a maioria numas eleições ou em qualquer votação parlamentar. ¿Não era triste e doloroso que a terceira potência colonial, guardando nos seus vastos territórios tanta riqueza inexplorada, tivesse que estar na dependência económica do estrangeiro, por não saber valorizar o seu património económico, por não saber explorar as riquezas com que, apesar de todas as extorsões, ainda ficou?

Felizmente, a Ditadura veio modificar por completo a situação, alterar profundamente os dados do problema. Sob o govêrno rígido, claro, heróico, do Sr. Dr. Oliveira Salazar, o problema financeiro resolveu-se: as finanças públicas equilibraram-se, primeiro, consolidaram-se, depois, a tal ponto que ao regime do *deficit* crónico sucedeu o regime do *superavit* regular, normal, na medida em que a fôrça dos acontecimentos não vem alterar as previsões dos homens.

A situação financeira do Estado português é hoje, pois, uma situação desafogada; e é êsse desafôgo que permite agora ao Estado Novo entrar no caminho das realizações económicas, tendentes a valorizar os recursos naturais do nosso território. Se para isso tivermos de ser proteccionistas, sejamos proteccionistas. Ao livre-cambismo já nós devemos a nossa miséria económica. Como escreve Oliveira Martins no seu livro *Política e Economia*, «o livre-cambismo internacional é a expressão do cosmopolitismo, e como o cosmopolitismo é uma utopia, o livre-câmbio é um disparate». Não é outra a orientação do decreto publicado pela pasta das Finanças no princípio de 1932, pelo qual se criou um adicional de 20 por cento aos direitos, adicional que tanto pode descer a 4 como subir a 100 por cento, consoante os interêsses da economia nacional o determinarem.

A fórmula «Portugal país essencialmente agrícola» é uma invenção do livre-cambismo internacional, para melhor poder introduzir entre nós todos os produtos das indústrias estrangeiras. Se Portugal, porém, é um país já não digo *essencialmente*, mas principalmente agrícola, nada nos impede, no entanto, que ao lado da nossa agricultura desenvolvamos a nossa indústria. ¿Ou será a indústria entre nós uma planta puramente exótica, como no-lo querem fazer crer os importadores de mercadorias estrangeiras? Oliveira Martins responde:

«¿Será porém tam claramente provado que o facto da ausência de certas matérias primas entre nós crie em nosso desfavor uma *causa mortis* industrial? ¿Não me parece. Será o algodão indígena da Ingla-

terra? ¿Será acaso indígena da Inglaterra ou da Alemanha o ferro que ambas mandam buscar à Biscaia para dar fundido o Bessemer? ¿Serão indígenas das nações fabris da Europa as lãs que importam da Austrália e do Rio da Prata? ¿Será criado na Inglaterra o caucho que vai para lá da África e do Brasil? ¿Seria finalmente indígena das ilhas britânicas a cortiça que nós lhes mandávamos de cá, para no-la devolverem sob a forma de rôlhas?».

Não pretendo descer aqui a minúcias de carácter técnico: contento-me com a simples exposição do que, em meu entender, devem ser as linhas gerais, as directrizes do renascimento português. Mas, do que atrás fica, facilmente se pode concluir que, na questão económica como em todas as questões nacionais, devemos procurar acima de tudo ser portugueses, o que, neste capítulo especial, significa proteger a agricultura e a indústria nacionais contra a importação estrangeira: não somente diminuiríamos assim a crise do desemprego, como diminuiríamos igualmente os caudais de ouro que anualmente exportamos para a compra dos produtos que nos são necessários. A metrópole e as províncias ultramarinas devem constituir um todo económico, como constituem um todo político e nacional.

As províncias ultramarinas podem dar-nos as matérias primas que nos faltam, sem prejuízo das indústrias que, de futuro, nelas venham a instalar-se ou a desenvolver-se. Sobretudo, é necessário que os portugueses se convençam desta verdade e a tenham sempre presente no espírito: se nós somos a terceira potência colonial, o potencial económico do Império Português não pode deixar de ser qualquer coisa de grande. E não há dúvida de que, com a Ditadura, de uma forma geral, e com a presença no Governo dos Srs. Drs. Oliveira Salazar e Armindo Monteiro, um nas Finanças, outro nas Colónias, se deram os primeiros passos para converter em *actos* o que até então apenas existia em *potência*.

§ 12.º — Conclusão:

Manifesto-programa do «Quinto Império»

O momento histórico que atravessamos parece-me o mais oportuno para chamar os portugueses, desavindos por um lado, amnésicos por outro, às realidades da Nação portuguesa, que não é apenas uma Nação, mas um Império — o quinto império que desejamos ver instaurado no mundo. É um lugar comum, infelizmente verdadeiro, que Portugal é um país de analfabetos; mas, pior do que o cancro do analfabetismo, é a anarquia das chamadas *élites*. E a anarquia dessas *élites*, juntamente

com a incultura das massas populares, fazem com que Portugal permaneça o «Portugalório» de que falou Antero, quando deveria ocupar, por direito de conquista, um lugar de primeira plana no concôrto das nações.

Não cabe aqui desfiar as origens da nossa decadência política, económica, moral, intelectual, social. Para uns, essa decadência é obra exclusiva da Monarquia — embora a Monarquia tivesse feito de Portugal o que Portugal foi no passado. Para outros, é obra dos jesuítas —, embora os jesuítas tivessem sido dos melhores obreiros da grandeza de Portugal. Para outros ainda, a nossa decadência (emprego aqui êste substantivo por ser um lugar comum, não que o considere apropriado ao caso) a nossa decadência é apenas o resultado do esforço hercúleo dos Descobrimentos e das Conquistas, que foi grande demais para as nossas possibilidades em sangue e em dinheiro. Para outros ainda, foi o liberalismo o causador exclusivo de todos os nossos males. Seja, porém, como fôr, o certo é que Portugal, depois de ter sido uma potência de primeira grandeza na Renascença, é hoje considerado *quantité négligeable* na política internacional. A verdade porém é que Portugal, depois de ter caminhado na vanguarda dos povos, vegeta hoje numa «apagada e vil tristeza». O facto é que Portugal, tendo revelado ao mundo metade do mundo, é hoje esquecido por aquelas nações que lhe herdaram o património. Tudo isto é certo e tudo isto é triste; mas o que mais certo e triste é ainda é que Portugal sendo hoje, apesar de tudo, a terceira potência colonial, não dá pela existência dos seus domínios ultramarinos; e tendo uma língua que é falada por algumas dezenas de milhões de indivíduos, esquece-se de que tem uma missão espiritual a cumprir.

Estes são os factos. Esta é a dolorosa realidade que Portugal neste momento vive. ¿Será êste mal, porém, sem remédio? ¿Será Portugal um Lázaro que poder algum saberá ressuscitar para a vida? Aqui ainda, as opiniões dividem-se, partilham-se em dois campos extremos: de um lado estão os que proclamam que a nossa missão histórica findou, haja o que houver, faça-se o que se fizer; e êsses não têm outro caminho a seguir que não seja o caminho do macaco quando se afoga: fechar os olhos, tapar os ouvidos e deixar-se morrer; do outro lado, porém, estão os que ainda acreditam que, mesmo sem milagre de Deus, Portugal pode voltar a ser grande, porque para isso possui ainda as fôrças necessárias, em homens, em dinheiro, em inteligência e energia. Os primeiros ficarão em casa, tomando o seu cházinho com torradas, em chinelos de ourelo, digerindo e ruminando o noticiário dos jornais — atropelamentos, crimes passionais e outros casos igualmente importantes; os segundos não hesitarão em acompanhar com entusiasmo a cruzada do «Quinto Império», que não pre-

tende mais do que «reaportuguezar» Portugal para que Portugal seja o Quinto Império digno da sua história e da sua legítima ambição.

¿Que é preciso fazer, para que êsse objectivo seja alcançado? Criar, primeiro que tudo, a consciência nacional, melhor dizendo, a consciência *imperial* que hoje não existe, fazendo de cada indivíduo um cidadão compenetrado dos seus deveres de português. Unir num pensamento comum de grandeza nacional os homens que hoje andam dispersos em lutas mesquinhas, queimando-se nos combates estéreis dos corrilhos políticos. Opor à nossa indolência tradicional de meridionais uma educação que nos ensine a trabalhar. Opor ao sentimento mórbido do *saüdosismo*, à contemplação estática das belezas e grandezas do nosso passado uma filosofia e o gôsto pela acção, que revigora as almas e fortalece os caracteres. Antes da marcha sôbre Roma, a Itália era conhecida pelas suas belezas históricas, pelas suas paisagens, pelas pombas de S. Marcos, e constituía o lugar preferido para a lua de mel de todos os noivos afortunados da Europa e para os idílios de todos os amantes. Depois da marcha sôbre Roma, Mussolini fez dessa Roma morta a capital de uma grande nação viva. ¿Porque não haveremos de fazer outro tanto em Portugal?

Ê uma injúria que os estrangeiros nos fazem, quando nos consideram apenas como a terra da *saüdade*, a pátria do *fado*, o país do céu sempre azul e do sol sempre dourado. Mas a culpa é menos dêles, que não nos conhecem, do que nossa, que não nos sabemos tornar conhecidos, que não nos sabemos impor, que nos deixamos adormecer à sombra dos louros que os nossos antepassados colheram.

Em face dêste dessoramento intelectual e desta apatia física, o movimento do «Quinto Império», cujo programa se condensa nesta conclusão, não pode deixar de ser um movimento reaccionário. Ê-se sempre reaccionário contra alguém ou contra alguma cousa, e os portugueses têm de ser reaccionários contra a «apagada e vil tristeza» da sua existência actual. Têm de reagir contra todas as más ideas, contra todos os maus sentimentos, contra todos os lugares comuns que umas vezes nos impedem de marchar direito no caminho da grandeza nacional, outras nos fazem passar por aquilo que nunca fomos nem poderemos ser. Em face dos governos que passam pelo Poder, com a ditadura militar ou com a ditadura parlamentar, com a República ou com a Monarquia, os que se lançarem na cruzada do «Quinto Império» só terão uma atitude a seguir: apoiar tudo quanto os maus governos façam de bom, combater tudo quanto os bons governos façam de mau. A política só poderá interessar-lhes em função do Império Português; nada devem querer com os partidos, nada têm que ver com as ideas políticas de cada português, para melhor po-

derem orientar toda a política portuguesa no sentido de uma finalidade imperial.

A importância das nossas províncias ultramarinas e a posição que ocupamos na geografia europeia fazem de nós, mesmo que o não queiramos, um factor primordial na política da Europa e do mundo. Berço de descobridores, criadores de nações, é nosso dever continuar no presente a missão que nos coube no passado. Se o não somos em *acto*, em *potência* somos, com certeza, um Império. ¿Quantos portugueses, porém, estão convencidos desta verdade? Pouquíssimos. A nossa política, desde que o regime dos partidos entre nós se instalou, foi sempre uma política mesquinha de campanário e, por consequência, de caciquismo eleitoral e de compadrio orçamental.

O nosso patriotismo embotou-se nessas lutas; passámos a considerar-nos como um país pequeno, e alguns patriotas mais exaltados e de vistas mais curtas chegaram a sonhar para Portugal um regime como o da Suíça, e uma finalidade histórica ainda inferior à da Suíça. Porque a Suíça existe como um Estado-tampão destinado a amortecer os choques entre Estados cujas relações nem sempre são as melhores, ao passo que êsses portugueses apenas nos concedem com razão de ser as belezas da nossa paisagem e as delícias do nosso clima.

É contra um tal estado de espírito que todos os portugueses devem ser reaccionários. Há, em Portugal, três formas de patriotismo. O patriotismo estático, contemplativo, que vive da lembrança das façanhas heróicas dos nossos antepassados. O patriotismo amorfo dos que só pensam nas lutas do presente, dividindo as suas paixões exclusivamente entre os partidos que disputam o usufruto do poder. É o patriotismo dinâmico — que é o nosso — dos que pretendem trabalhar por todas as formas ao seu alcance para que o futuro de Portugal seja digno continuador do seu passado. O primeiro é o patriotismo dos literatos e poetas saudosistas. O segundo é o patriotismo dos comodistas e dos ignorantes. O terceiro é o patriotismo inteligente dos que sabem juntar o pensamento à acção, dos que não querem morrer inglòriamente quando uma tam vasta tarefa têm a cumprir: lançar as bases espirituais do Quinto Império das profecias.

Para que esta obra seja levada a bom fim, precisa-se do auxílio de todos os portugueses dignos dêste nome. Mas precisa-se sobretudo do auxílio das *élites* do País, de todos os homens que pensam e escrevem. Uma consciência nacional não se improvisa; tem de ser criada lentamente, pedra a pedra, madeiro a madeiro. Convencer os portugueses de que Portugal não é um país de moribundos; convencê-los de que Portugal, mesmo amputado da grande parte perdida do seu império ultramarino,

é ainda um grande Império; convencê-los de que um papel histórico importantíssimo temos a desempenhar no mundo; convencê-los de que acima do interesse das facções e dos partidos está o interesse do Império português; convencê-los de que está nas suas mãos que esse Império seja um farrapo de que os estrangeiros riem ou um pendão glorioso que os estrangeiros respeitam; criar, como consequência directa desta consciência nacional, um patriotismo vigilante e ardente, sempre pronto a terçar armas em defesa da integridade e da grandeza do Império: — eis a obra que o «Quinto Império» pretende realizar, com a colaboração de todos os portugueses de inteligência clara e consciência recta.

Reaportuguesar Portugal, fazer dêle um país europeu, convertê-lo seguidamente num Império, com uma missão material e espiritual a cumprir, parece-me um tríplice objectivo que encontrará em cada português um eco acolhedor. Precisamos de criar a *inteligência* e o *sentimento* da grandeza nacional. E com este objectivo se traçaram os «Dez Imperativos do Império Português», que devem constituir para cada um de nós os «Dez Mandamentos da Grandeza Nacional». Apelamos especialmente para os intelectuais, porque a obra a realizar é fundamentalmente uma obra de cultura e de direcção das massas por um escol consciente e ordenado. Mas apelamos igualmente para todos os portugueses, sem distinção de credos políticos nem de bandeiras religiosas, porque todas as contribuições serão úteis, todas as ideas aproveitadas, todos os esforços acolhidos, todas as colaborações aceitas, na medida em que esses esforços, essas colaborações, essas ideas, essas contribuições sirvam a idea-mater da nossa acção: o Quinto Império. Entre a idea de um «Quinto Império» e a idea de um «Portugalório», os portugueses que não sacrificam no altar do orçamento nem venderam a sua alma a Moscovo, os portugueses não podem hesitar. E quem não fôr por nós será contra nós.

Eis, pois, os «Dez Imperativos do Quinto Império»:

I

Portugal, depois de ter sido a *pequena casa lusitana*, transformou-se, por fôrça da fatalidade histórica e geográfica, num vasto império.

II

O Império Português é constituído, no seu aspecto territorial, pela metrópole, pelas ilhas adjacentes e por todas as suas possessões em Africa, na Ásia e na Oceânia, espiritualmente pelos 100 milhões de indivíduos de cultura e língua portuguesas, espalhados pelas cinco partes do mundo.

III

Para assegurar a perenidade do Império, Portugal tem de estreitar cada vez mais as suas relações com as províncias ultramarinas e colónias distantes, procurando que o Brasil seja, do outro lado do Atlântico, o depositário e continuador da civilização portuguesa.

IV

Portugal é, por consequência, uma grande potência, e como tal deverá fazer-se considerar no concêrto europeu.

V

É preciso que os indivíduos, as classes e os partidos pensem um pouco menos nos seus interêsses particulares e um pouco mais nos interêsses do Império Português.

VI

Para isso, é necessário que os intelectuais se compenetrem de que têm uma alta missão a cumprir, e a cumpram — a formação de uma consciência nacional que hoje não existe.

VII

À política dos partidos e das facções que se digladiam, dividindo e enfraquecendo a Nação, é preciso opor uma política de união para a grandeza nacional.

VIII

Internacionalmente, Portugal deve continuar apoiado na aliança inglesa, sem prejuízo de uma aproximação mais íntima com os povos a que nos prendem laços de vizinhança, de intercâmbio comercial ou cultural.

IX

É preciso combater, na arte, no pensamento, na literatura, todas as ideas e todos os sentimentos que contribuam para a degenerescência do carácter português e aplaudir todas as manifestações literárias, artísticas e intelectuais que contribuam para o fortalecimento do nosso carácter e para a grandeza do Império.

X

Politicamente, é necessário combater tudo quanto os bons governos possam fazer de mau, e apoiar tudo quanto os maus governos possam fazer de bom ¹.

1926/1932.

¹ Num momento de optimismo, elaborei o manifesto acima transcrito, na persuasão de que êle poderia servir de programa para uma revista a fundar por meia dúzia de pessoas que concordassem com o programa nêle estabelecido. Publiquei-o, como artigo, no *Jornal do Comércio e das Colónias*, onde saíu em fundo no dia 15 de Julho de 1931; encorporo-o agora nesta apologia, por me parecer que lhe pode servir perfeitamente de conclusão. Escusado será porém dizer que a revista nunca chegou a ter possibilidades materiais de realização, por faltar quem esteja disposto a perder tempo e possivelmente dinheiro com emprêsas desta ordem, sem carácter mercantil, ficando o seu programa como simples divagação de um sonhador solitário.

ÍNDICE

| | |
|--|--------|
| Introdução | Pág. 7 |
| Depoimentos: | |
| I — Dr. Afonso Lopes Vieira | 17 |
| II — Dr. Pequito Rebêlo | 23 |
| III — Fernando Pessoa | 29 |
| IV — Prof. Bento Carqueja | 37 |
| V — Dr. Sousa Costa | 43 |
| VI — Dr. Marcelo Caetano | 49 |
| VII — Contra-almirante José Francisco da Silva | 55 |
| VIII — Dr. Fernando Garcia (†) | 61 |
| IX — Dr. João Ameal | 71 |
| X — Brigadeiro João de Almeida | 79 |
| XI — Paiva Couceiro | 85 |
| XII — João de Azevedo Coutinho | 93 |
| XIII — Dr. Hipólito Raposo | 101 |
| XIV — Dr. Fidelino de Figueiredo | 111 |
| XV — Dr. Alberto de Monsaraz | 119 |
| XVI — Dr. Américo Chaves de Almeida | 125 |
| Post-fácio — Apologia do Império Português | 131 |

